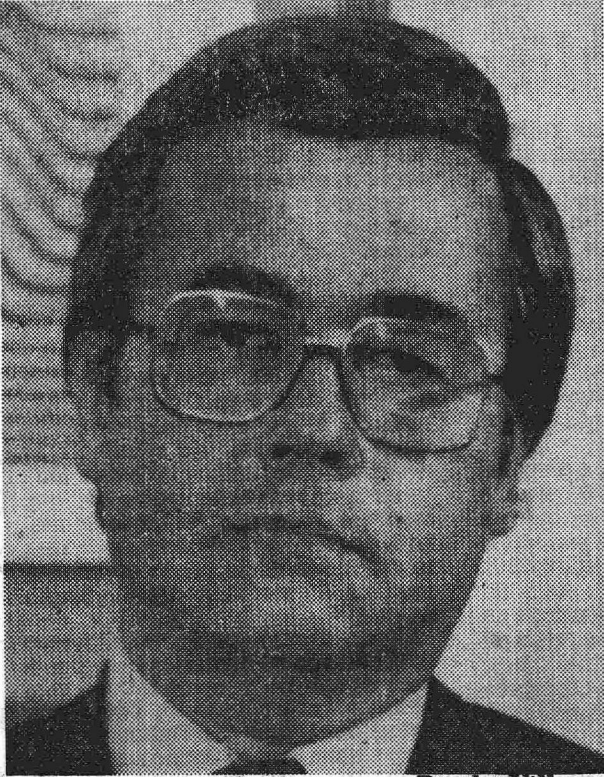




Cláudio Bardella



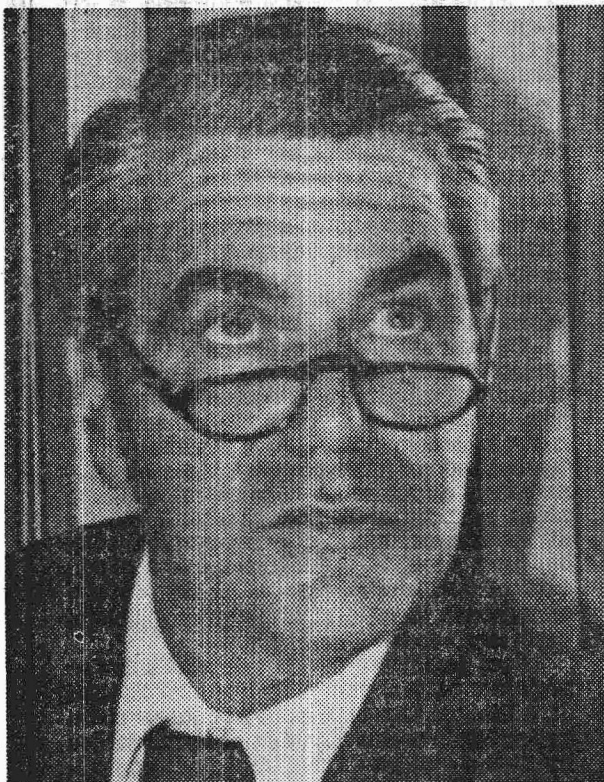
Paulo Villares



Severo Gomes



Antônio Ermírio de Moraes



Laerte Setúbal Filho



Paulo Vellinho



Jorge Gerdau Johannpeter



José Mindlin

Empresários defendem abertura também na economia

"Documento dos 8" é reexaminado

São Paulo — "A ciranda financeira", termo usado pelos empresários que assinaram o Documento dos 8 para definir "o aumento sistemático das reservas cambiais, obrigando à expansão da base monetária e conduzindo o Governo a uma política de dívida pública destinada a enxugar o dinheiro de câmbio; os títulos públicos oferecendo taxas de rentabilidade elevadas, forçando o aumento do patamar das taxas de juros", foi um dos pontos mais destacados neste reexame feito pelos signatários e que, na opinião da maioria, continua a existir hoje.

O Documento dos 8 levou quatro meses para ser elaborado e representou a consolidação dos debates realizados no Fórum Gazeta Mercantil, criado em setembro de 1977 por ocasião do lançamento da revista *Balanço Anual*. Do fórum participaram os 10 líderes empresariais mais votados, por sua representatividade nacional, numa consulta a 5 mil homens de empresas de todo o país. Na ocasião — junho de 1978 — o documento provocou grande impacto.

Trechos do documento

"A empresa privada nacional padece de fragilidade preocupante e a empresa pública escapou do controle da sociedade e a empresa estrangeira não está disciplinada por normas mais claras e adequadas de atuação. A tarefa de fortalecimento da empresa nacional exige fundamentalmente discernimento em relação a três pontos: criação de mecanismos de capitalização, disponibilidade de tecnologia e critérios de sua absorção e uma política correta de gastos do Governo e das empresas estatais."

"O endividamento externo em grande escala, que inicialmente cumpria função não desempenhada pelo sistema financeiro nacional, com a desaceleração da economia mundial e, posteriormente, da brasileira, passou a se constituir um mecanismo básico de especulação e de elevação das taxas de juros. O afã governamental de promover a entrada de empréstimos externos para pagar os juros e amortizar o principal da elevada dívida já contraída, tem levado as autoridades a forcarem a manutenção de taxas de juros internas artificialmente altas, ou a não se esforçarem por lhes reduzir o nível."

"A revisão do sistema tributário deve estar concentrada em dois pontos: tornar mais equânime o Imposto de Renda das pessoas físicas, taxando progressivamente as rendas de capital, e reavaliar os incentivos fiscais de modo a rearmar recursos para áreas mais prioritárias que algumas já atendidas na legislação atual."

"A dívida pública é um instrumento válido de captação de recursos desde que seja manejada com critérios apropriados, diferenciando-se as taxas de juros em benefício dos títulos públicos de prazos mais longos."

"Estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa e de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade, mas defendemos a democracia, sobretudo por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas."

São Paulo — O Brasil vive um momento de abertura política, mas continua com sua economia fechada, com as principais decisões adotadas em gabinetes e sem a participação da sociedade. Este é o pensamento da maioria dos empresários que em junho de 1978 divulgaram o chamado Documento dos 8, que defendia a criação de um novo modelo econômico e político para o país. O documento foi considerado, na época, um dos mais corajosos da área empresarial, levando-se em consideração que o país vivia sob um regime de arbítrio e em plena vigência do Ato Institucional nº 5.

Hoje, os empresários signatários do Documento dos 8 — Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Paulo Villares, José Mindlin, Paulo Vellinho, Laerte Setúbal Filho, Severo Gomes e Jorge Gerdau Johannpeter — admitem que a "ciranda financeira", denunciada em 1978, prossegue, e em condições mais graves, podendo levar a economia à inviabilização total.

Os empresários, exceto Jorge Gerdau, que não pôde se manifestar em razão de compromissos inadiáveis, acham que chegou "o momento da seriedade" e das autoridades mostrarem que são responsáveis, pois, como afirmou Antônio Ermírio de Moraes, "não podemos errar novamente, como ocorreu várias vezes nos últimos anos".

O empresário Antônio Ermírio de Moraes lamentou que o teor da carta de intenção entregue ao FMI — em que o Brasil solicita um crédito ampliado de 4,5 bilhões de dólares em troca de amplo programa de ajustamento econômico nos próximos três anos — não tenha sido discutido nem sabido pela sociedade. "Não se sabe o que foi feito. Defendo a tese de que é necessário que se crie vergonha e que a abertura seja total realmente e não fique apenas no papel", explicou.

"Pena que não souberam ler". O empresário Cláudio Bardella, voltou ao noticiário na semana passada, quando afirmou na festa de final de ano da FIESP, que "a única saída do Brasil para vencer a atual crise é contradizer o ex-Presidente da França, Charles De Gaulle, e provar que este é um país sério". Na mesma ocasião, lamentou que "o país esteja confiado a um grupo de quatro pessoas que discutem a elaboração de um pedido de empréstimo e aval do FMI, enquanto toda a Nação não é informada dos termos dessa carta".

Sexta-feira, em seu escritório, após reler e comentar o Documento dos 8, Cláudio Bardella definiu o esvaziamento das propostas de 1978 pelas autoridades com uma frase: "Pena que não souberam ler".

Interrompido pela chegada de uma mensagem de Natal, Bardella pensou um pouco, olhou à sua volta e disse:

— O grande presente, no meu entender, seria que as autoridades tivessem maior responsabilidade no trato das coisas públicas.

E retomando o documento de 78, o empresário procurou mostrar que a "ciranda financeira" — citada no documento — se intensificou nos últimos anos e continua sendo um fator realimentador da inflação.

— Não se pode negar que o Presidente Figueiredo levou o país a um processo de abertura política, mas isso não foi acompanhado pela área econômica, o que é prejudicial para o país, pois a sociedade não sabe como se programar. Ninguém sabe o que fazer. Ninguém sabe o que vai acontecer no país amanhã — salientou.

Bardella considera que se o "Do-

cumento dos 8" tivesse sido levado a sério, o país sem dúvida estaria numa situação melhor.

— Com a falta de uma política industrial, as empresas entraram num processo de descapitalização irreversível, principalmente as pequenas e médias — disse.

— Quem acreditou no PND se estrepou — definiu Laerte Setúbal Filho, outro signatário do documento, hoje diretor de comércio exterior da FIESP.

Em sua opinião, a falta de uma política industrial tem muito a ver com a pouca boa vontade dos governadores e a fraqueza dos ministros da indústria e comércio, que "nunca tiveram mão forte". Para Laerte Setúbal Filho, os governadores olharam sempre no benefício do estado, sem uma visão global do país, e isso acaba prejudicando o Estado e o país.

— Órgãos como o CDE — Conselho de Desenvolvimento Econômico e o BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (hoje BNDES) é que procuravam dar uma orientação na área industrial, mas não tinham uma visão clara do que deveriam fazer. Por isso surgiram setores superdesenvolvidos, como o de bens de capital, hoje em situação difícil e sem perspectivas, com elevado índice de capacidade ociosa — afirmou.

Uma coisa que o documento não previa, reconheceu Laerte Setúbal, era uma crise internacional da dimensão da atual, que levou ao emperramento do comércio mundial.

— Mas de qualquer maneira, o Brasil nunca teve uma política industrial estável — observou.

Paulo Villares, presidente do Grupo Villares, admitiu que houve exagero do Brasil na busca de petrodólares, na época em que os juros internacionais estavam num patamar até negativo. Argumentou que a crise internacional não prevista no documento foi um fator complicador, assim como o segundo choque do petróleo, a crise do México, a guerra das Malvinas e as dificuldades da economia do Leste europeu.

Para ele, o "Documento dos 8" continua atual, mas destacou que se deve levar em consideração a crise internacional pela qual o país está pagando um preço muito alto.

— Isto, ou seja, todos esses problemas, impediram que a ciranda financeira fosse contida — comentou.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes ressaltou que o "Documento dos 8" já denunciava o descontrole dos gastos das empresas estatais, que "ainda hoje continua". Em sua opinião, o "grande patrão no país continua sendo o Governo, responsável por 100% das encomendas de diversos setores industriais, entre eles o de cabos de alumínio; ou por 66%, como o setor de bens de capitais."

— Não quero negócios com o Governo para manter minha empresa sadia — ressaltou.

Para Ermírio de Moraes, a ciranda financeira continua:

— O Governo obrigou os empresários a buscar recursos no exterior e deu no que deu: o endividamento das empresas privadas cresceu. Sempre aconselhei que se evitasse a busca de recursos no exterior. Prefiro fechar uma empresa a tomar dinheiro através da Resolução 83.

Para ele, se o Governo "quiser mostrar responsabilidade diante da atual crise, tem de paralisar o programa nuclear nas duas usinas — Angra I e II. Caso contrário, dá vontade de sair do país".

José Mindlin, presidente da Metal

Leve e diretor do departamento de tecnologia da FIESP, reconhece que o processo de abertura política está em pleno andamento, bem como as relações capital-trabalho apresentaram progresso.

— Isto o documento propugnava. Infelizmente — acrescenta — o mesmo não ocorreu até agora com a ciranda financeira: o dinheiro virou finalidade em si mesmo, quando deveria ser mero instrumento. O que sobra das aplicações financeiras para as atividades produtivas é irrisório.

Defendeu um tratamento fiscal diferenciado para o fortalecimento das empresas e do próprio sistema capitalista, "mas isto não ocorreu e a reforma tributária sugerida no documento não foi efetivada até hoje".

Hoje, para Mindlin, não há no mercado uma maneira eficiente de se capitalizar a empresa, pois "não foi feita nenhuma regulamentação para as empresas multinacionais, o que não deverá ocorrer agora por causa da questão cambial. Mas isto é um assunto que deve continuar em pauta. No fundo, houve um fechamento na área econômica que está prejudicando toda a sociedade".

O presidente da Springer Admiral, empresário Paulo Vellinho, ao reler o Documento dos 8 chegou à conclusão de que não existe "coisa mais atual do que esse conjunto de propostas feitas em 1978". Ele criticou a falta de um acompanhamento das sugestões por parte dos empresários, apesar da clarividência do documento.

— Deveríamos ter cobrado mais do Governo e talvez não estivéssemos sofrendo todos os reflexos dessa crise que é pior que a de 1929, o negócio agora é arrumar a casa. Mas o Brasil tem de fazer alguma coisa por convicção e não aceitar simplesmente a imposição dos credores. Temos de adotar uma postura de seriedade e não dissociar o emprego do trabalho. Acabar com feriados (feriados prolongados), com o mês de férias do Carnaval e os três meses de descanso da Copa do Mundo como ocorreu este ano. O momento é de seriedade total — declarou.

Paulo Vellinho considera imprescindível que o exemplo de seriedade seja dado de cima para baixo. E propôs:

— Os empresários e os governantes não devem viajar de primeira classe de avião para o exterior. O novo Congresso, como contribuição e reconhecimento aos 58 milhões de eleitores, deveria abdicar do aumento de subsídios aprovado pelo Congresso que sairá em março. Seria um ato de respeito à sociedade de um país pobre e em dificuldades. Aliado a tudo isto, a ciranda financeira precisa ser contida para que todos possamos trabalhar mais tranquilamente.

A maior virtude do "Documento dos 8", para o empresário e Senador eleito pelo PMDB, Severo Gomes, "é ter mostrado clarividência na análise dos efeitos das altas taxas de juros e das dificuldades de acesso à tecnologia para as empresas brasileiras".

Seu maior defeito, admitiu o empresário, foi sua "fraqueza na tentativa de mobilização dos empresários". Severo Gomes lamentou que o documento não tenha tido por trás de si um forte movimento político capaz de impulsionar as idéias ali contidas.

— Já está a questão: para os empresários, não basta ter boas idéias. Se não se arruma capacidade para pressionar, você será derrotado pelas forças que detêm o controle da situação. Passou o tempo e nós vivemos numa caricatura do que foi dito no documento. Os empresários não foram capazes de gerar decisões em favor de seus interesses e dos interesses nacionais.

Milton F. da Rocha Fº, Antônio Salvador Silva e Alexandre Polesi